

## Por uma arqueologia simétrica

Mariana Araújo Neumann<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Neste artigo buscamos analisar as implicações das propostas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política para a renovação da teoria arqueológica, intentando com isto contribuir para o debate recentemente iniciado para o desenvolvimento de uma Arqueologia Simétrica.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia Simétrica, teoria arqueológica, Bruno Latour.*

---

**ABSTRACT:** This paper analyzes the implications of Symmetrical Anthropology and Political Ecology proposals for the renewal of archaeological theory, to bring this to the discussion recently started to develop a Symmetric Archeology.

**KEY-WORDS:** *Symmetrical Archaeology, archaeological theory, Bruno Latour.*

---

### Introdução

Ao longo de seu desenvolvimento, o dilema da arqueologia tem sido perceber de que forma os artefatos podem denotar relações sociais pretéritas. Ela parte do princípio, portanto, de que há uma compatibilidade entre o que é material e o que é social, já que pretende a compreensão de um conjunto pelo outro. No entanto, suas muitas vertentes teóricas sempre penderam a balança para um destes lados: o entendimento do social pelo material, ou do material pelo social. Mais do que uma opção heurística, dar preponderância aos aspectos materiais ou simbólicos na forma

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS), Brasil. Mestre em História. Trabalho desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq.

como as pessoas se organizam coletivamente e usam o espaço reflete uma questão epistemológica ainda pouco observada na produção de conhecimento arqueológico.

O fato é que a matriz científica moderna na qual a arqueologia se funda define Natureza e Sociedade como conjuntos de seres ontologicamente distintos e incompatíveis (LATOURET, 2004; 2007), o que impede definitivamente a compreensão de um pelo outro – ou, que a arqueologia possa alcançar seu objetivo. No entanto, a partir da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política, a teoria arqueológica pode, enfim, atingir a almejada simetria entre o material e o social, se abrindo à questão da multiplicidade das formas sociais como locus de formulação de problemas a partir da eliminação desta cisão e dos dualismos dela decorrentes. Aceitando uma ontologia comum a humanos e não-humanos, podemos perceber os vínculos que eles estabelecem na constituição de um mundo comum (um coletivo) e o “social” retoma, assim, seu sentido original e amplo de associação. Uma Arqueologia Simétrica, portanto, nos permite discutir aspectos de socialidade entre humanos e não-humanos, acompanhando a produção de seus coletivos.

Este artigo apresenta esforços analíticos iniciais sobre as implicações das propostas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política, propostas por Bruno Latour, para a renovação da teoria arqueológica em direção a uma Arqueologia Simétrica (noção ainda vaga, como a define agora Shanks (2007a)). Debate neste sentido apenas começa a ser estabelecido (González-Ruibal, 2007; Shanks, 2007a; Shanks, 2007b; Olsen, 2007; Webmoor, 2007; Whitmore, 2007), portanto o cunho estritamente teórico do que aqui se apresenta se justifica.

### **A Constituição Moderna e a Arqueologia**

“Nossa vida intelectual está muito mal construída”, conclui Latour (2007, p. 20). Como um antropólogo das práticas científicas,

o autor percebe uma defasagem entre o que se entende como Ciência e o que se produz sob este rótulo. Para ele, este “defeito” é decorrente da Constituição Moderna do pensamento ocidental, que “inventa uma separação entre o poder científico, encarregado de representar as coisas, e o poder político, encarregado de representar sujeitos” (idem, p. 55).

O conceito de Modernidade já foi definido de muitas formas, mas na perspectiva da filosofia da ciência se caracteriza principalmente pela fundação de uma cosmologia dividida em duas câmaras<sup>4</sup> – a Natureza e a Sociedade – habitadas por seres ontológica e epistemologicamente distintos e incompatíveis. Enquanto a Natureza abriga as coisas, sendo o reino da realidade, da objetividade, da estabilidade e da unidade, a Sociedade abriga as pessoas, sendo o reino das representações, da subjetividade, da mutabilidade e da multiplicidade. De acordo com o ideário moderno, o trabalho da Ciência é realizar a separação destes seres, *purificando* os fenômenos “naturais” das “representações humanas” sobre eles (Latour, 2007). Esta cisão permitiria o desenvolvimento independente de cada reino, o que parecia ser, então, garantia de estabilidade num mundo que passava por uma grande transformação.

No entanto, apesar de se postular a independência entre as câmaras da Natureza e da Sociedade, o desenvolvimento de uma sempre sofreu a intervenção da outra. Com isto, os procedimentos próprios à formação de cada câmara acabaram se confundido em dois pares contraditórios de imanência e transcendência. No primeiro, a natureza possui lógicas próprias alheias ao trabalho científico que as capta – é transcendente – enquanto a sociedade é fruto do trabalho político – é imanente. No segundo, a sociedade é

---

<sup>4</sup> O termo câmara – assim como Constituição – é utilizado por Latour (2004, 2007) para identificar o aspecto essencialmente político que a cisão entre Natureza e Sociedade possui, permitindo recolocar os termos que as definem, posteriormente, no projeto da Ecologia Política.

tida por uma força exterior sui generis da qual não se pode escapar – é transcendente –, de forma que todo o trabalho científico é determinado por ela, tornando a natureza uma construção humana – logo, imanente.

Aí residem os debates e mal-entendidos da produção científica moderna. Embora o cientista desenvolva teorias e métodos analíticos a fim de obter da natureza a “realidade”, sempre pode ser acusado de desenvolver suas pesquisas segundo interesses subjetivos ou socialmente determinados. Ao mesmo tempo, o debate político sempre pode ser interrompido pelo apelo à “natureza” humana ou dos fatos. A história da Ciência e da política é uma sucessão deste tipo de argumentação. Esta mistura inadequada de Ciência e política gera o que Latour (2007) chamou híbridos<sup>6</sup>, objetos – e conceitos – que são ao mesmo tempo naturais e sociais. A multiplicação destes híbridos nos porões da modernidade atesta, segundo o autor, a ineficiência deste modelo e, mais do que isto, que em verdade jamais tenhamos sido modernos.

A inserção da história da teoria arqueológica neste quadro nos mostra o porquê da polaridade de seus conceitos e modelos interpretativos. Disciplina dedicada à compreensão das relações sociais do passado através de seus vestígios materiais, desde o princípio a arqueologia não poderia ser caracterizada como propriamente científica já que, ao invés de purificar as câmaras, essencialmente ela as mistura. Daí o problema em encontrarmos um meio para evidenciar e justificar a implicação das coisas nas relações sociais: traduzir o dado arqueológico para a linguagem

---

<sup>6</sup> Latour oferece uma série de exemplos de objetos híbridos, como o buraco da camada de ozônio, o vírus da AIDS, os prions (proteína causadora da doença conhecida como “vacalouca”). Um exemplo de híbrido que atualmente mobiliza a atenção no Brasil são as células-tronco, cuja liberação para a pesquisa científica encontrasse sendo discutida não apenas nos laboratórios, mas também no Congresso Nacional, nos Tribunais Superiores e na mídia, mobilizando cientistas, políticos, juristas, associações de portadores de doenças degenerativas e paralisias, além da Igreja. Ou seja, toda a “sociedade” encontra-se mobilizada discutindo a “natureza”, bloqueando seu pleno desenvolvimento independente.

científica implicava que a ênfase sempre recaísse em um dos pólos – natureza ou sociedade.

Emblemática desta impossibilidade assimétrica é a oposição entre as arqueologias Processual e Pós-Processual – termos sob os quais se abriga uma miríade de teorias especializadas<sup>7</sup>. A arqueologia Processual entende a cultura material como o resultado de estratégias adaptativas, um meio pelo qual os homens viabilizam sua sobrevivência frente às coerções do meio natural. Nesta ótica, o estudo volta-se para o entendimento de aspectos econômicos, como as inter-relações entre sistemas tecnológicos, escassez e disponibilidade de matéria-prima, características físicas dos materiais em relação à função pretendida do artefato, eficiência da população na exploração do meio natural, entre outros aspectos de natureza materialista (Dias e Silva, 2001). Advogando por referenciais interpretativos de caráter “universalista”, os arqueólogos processuais postulam um alto grau de regularidade para o comportamento humano. Ou seja, a Arqueologia Processual corresponde ao primeiro par de contradições procedimentais que interrompem o trabalho da Ciência moderna. Aqui a balança pende para o lado da natureza transcendente, determinando, a partir de suas lógicas internas, a formação do social, cuja dinâmica também é estancada e resulta igualmente uniformizada.

A arqueologia Pós-processual parte da crítica a esta homogeneização dos aspectos sócio-culturais e ao esquecimento do fator humano no paradigma Processual. No entanto, não faz mais que inverter o pólo do debate: o mundo material não é mais considerado determinante, mas sim determinado pela subjetividade humana, sendo manipulado e modelado para materializar significados culturais (SHANKS e TILLEY, 1987; 1992). Esta vertente teórica é dita “pós-moderna”, em razão do conjunto de conceitos

---

<sup>7</sup>Motivo pelo qual nos limitaremos a caracterizar o debate teórico entre as duas “correntes”, dedicando maior atenção às questões surgidas a partir da proposta simétrica de Latour (2004, 2007, 2008). Para um aprofundamento deste debate, ver Wylie (2002).

que adotou – símbolo, signo, discurso. No entanto, se seguimos com Latour a máxima de que a modernidade nem bem começou, não seria possível que tivesse sido ultrapassada. Em verdade, vemos que a arqueologia Pós-processual corresponde ao segundo par de contradições procedimentais que interrompem o trabalho da Ciência moderna. Aqui a força transcendente do social é tão esmagadora que determina toda a existência do mundo material.

Assim, as arqueologias Processual e Pós-processual são o duplo resultado da assimetria entre Natureza e Sociedade. Mais do que perspectivas opostas, elas se complementam, atendendo às demandas contraditórias da Ciência moderna (Neumann, 2008; Webmoor, 2007). Se, neste sentido, nenhuma delas é capaz de realizar o objetivo da pesquisa arqueológica – já que a cosmologia moderna não oferece o instrumental para percebermos como efetivamente “pessoas” e “coisas” se encontram amalgamadas na produção social de um mundo comum – isto não significa a impossibilidade da concretização de tal tarefa.

Pelo contrário, com a eliminação da cisão entre Natureza e Sociedade torna-se possível o re-estabelecimento da simetria entre o material e o social. Este é o objetivo da Arqueologia Simétrica, a partir das premissas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política. No entanto, esta não é a operação simples que pode parecer, pois não se trata apenas da soma de um conjunto ao outro. A separação moderna entre as câmaras foi muito bem elaborada para ser ignorada ou simplesmente superada. Ela precisa ser desfeita através da recharacterização das câmaras, dos seres que as habitam e dos procedimentos de produção do social.

### **Ecologia Política e Arqueologia Simétrica**

Segundo Latour (2004, p. 29),

*“A Ciência moderna não pode sobreviver  
senão com a condição de distinguir*

*absolutamente, e não relativamente, as coisas “tais como elas são” da “representação que os humanos fazem delas”. Sem esta divisão entre “questões ontológicas” e “questões epistemológicas”, é o conjunto da vida moral e social que se encontrará ameaçado”.*

Tal ameaça provem do fato de que o valor fundamental da distinção entre Natureza e Sociedade está em garantir que a primeira sirva como uma reserva indiscutível de Realidade à qual se possa apelar para pôr fim ao obscurantismo e ignorância da segunda. Esta distinção, portanto, é o lugar de segurança do pensamento moderno, ao qual se dirige sempre que sua estabilidade se encontre ameaçada. Por este motivo pode parecer difícil aceitar, imediatamente, o primeiro resultado da eliminação desta cisão: Natureza e Sociedade deixam de existir – pelo menos conforme a constituição moderna as delineou.

O caos gerado por esta dissolução é apenas aparente. Como discutimos, apesar de a produção científica desejar cumprir as exigências da modernidade, purificando seus seres, o que se vê através da História da Ciência é uma multiplicação de híbridos. Ou seja, a modernidade nunca ofereceu realmente este lugar de segurança. Natureza e Sociedade já não existiam. Sempre vivemos em um mundo comum, formado pela associação de humanos e não-humanos, o qual não podíamos apreender em razão da idéia de Ciência que adotamos. O que a Ecologia Política (LATOUR, 2004), enquanto uma nova constituição, propõe, é reacomodar as competências já existentes, mas mal distribuídas entre as câmaras, criando, na mesma manobra, uma ciência e uma política que viabilizem a compreensão deste mundo comum, o qual Latour chamou *coletivo* (idem, p. 33). Para tanto, é preciso criticar os

conceitos utilizados pela Ciência e pela política modernas e refundá-los, simetricamente.

Assim, antes de tudo, a Ecologia Política depende de que aceitemos uma ontologia comum a humanos e não-humanos. Na antiga constituição, a purificação dos seres que habitavam cada câmara se dava segundo a definição *a priori* de suas características e capacidades. Na Natureza, os objetos possuíam uma essência, contornos definidos em uma existência anterior ao trabalho científico que devia apenas revelá-los. Possuíam, portanto, o domínio da realidade e da estabilidade do mundo, detendo todo o poder na definição do que é. Na Sociedade, os sujeitos eram caracterizados pela capacidade de representação e pela liberdade de agir conforme seu julgamento e, embora alienados da realidade, os humanos detinham todo o poder na definição do que deve ser.

Sujeito e objeto, assim, são conceitos modernos que indicam a ruptura entre Natureza e Sociedade e a incompatibilidade ontológica de seus seres, talhados para não se associarem jamais. Além disto, apontam a inviabilidade do projeto de associá-los pela incoerência ética dos termos, que implica no eterno – mas indesejável – movimento de intervenção de um conjunto sobre o outro. Da mesma forma, pessoas e coisas são apenas “palavras que nos chegam prontas para serem postas em funcionamento, treinadas, equipadas” com capacidades antagônicas (LATOURET, 2004, p. 119), de forma que não podem dar conta de definir os novos seres que habitam o coletivo<sup>8</sup>.

Para que diferentes seres sejam capazes de se associar, é necessário que possuam características e capacidades comuns que os permitam figurar como iguais no debate da produção do coletivo. Assim, os seres da Ecologia Política são caracterizados por Latour como dotados de fala, agência, realidade e recalcitrância (LATOURET, 2004, p. 151). Significa estender aos seres da “natureza” o poder de

---

<sup>8</sup> Esta observação é importante, pois sujeito, objeto, pessoa e coisa são conceitos muito difundidos na Arqueologia. Mas, como se vê, seu uso tem implicações mais amplas, necessitando cuidado ou substituição.

representar e defender seu ponto de vista perante os demais, e o poder de agir com liberdade como um ator social. Reciprocamente, os seres da “sociedade” também recebem direito de acesso a uma existência real, a qual depende justamente da insistência por seus pontos de vista no debate.

Sem nenhuma diferença mais que os determine, Latour propõe chamar os seres da Ecologia Política simplesmente humanos e não-humanos, todos plenamente agentes, livres, representando seus pontos de vista sobre uma realidade que está ao seu alcance e é produto de suas ações –, fazendo coincidir o que é e o que deve ser.

Dado isto, é necessário buscar novos princípios epistemológicos que tornem possível perceber como humanos e não-humanos estabelecem vínculos na produção do coletivo. Neste ponto, a Ecologia Política promove mais um deslocamento fundamental em relação à constituição moderna. Nesta, a produção dos conjuntos da Natureza e da Sociedade se dava através do procedimento de purificação dos seres, encaixando-os em modelos anteriores a qualquer trabalho – científico ou político. Na Ecologia Política, a ênfase recai justamente sobre este trabalho, sobre o movimento particular de cada nova associação, cada novo vínculo, cada nova proposta aceita ou rejeitada, pois é somente após o debate, e não antes, que o coletivo adquirirá sua forma.

O estudo da produção de um coletivo depende, inicialmente, de dois conjuntos procedimentais: um para perceber a multiplicação dos seres e outro para perceber sua organização. O primeiro conjunto é identificado por Latour (2004, p. 179) como *consideração* e indica o momento em que novos seres – humanos ou não-humanos – se apresentam como proposições ao coletivo, nas palavras do autor, apresentam sua candidatura à socialização. Estas novas propostas causam perplexidade à “ordem estabelecida” e motivam a reflexão dos membros do coletivo sobre as implicações

da aceitação ou negação de sua socialização, iniciando o debate<sup>9</sup>. O poder de consideração, assim, julga a pertinência da multiplicação dos seres que compõe o coletivo.

Após os procedimentos de consideração, entra em ação o segundo conjunto de procedimentos, identificado como ordenamento (idem, p. 179). Uma vez que as novas proposições tenham sido avaliadas e aceitas, é necessário que se encontre o lugar que vão ocupar, que se defina sua posição na hierarquia do coletivo. Com a re-acomodação dos seres no interior do coletivo, o debate pode ser momentaneamente encerrado, e seus novos contornos devem ser então instituídos<sup>10</sup>.

Estes procedimentos dão ao coletivo uma forma algo estável, no entanto, o processo de produção nunca pára definitivamente, “o coletivo não se define senão pelo seu movimento” (Latour, 2004:208). As proposições que permanecem no exterior não socializadas continuam se colocando no debate, buscando seu lugar no coletivo, fazendo o poder de consideração trabalhar constantemente. Da mesma forma, proposições já socializadas permanecem incitando o debate por novas posições hierárquicas, fazendo com que o poder de ordenamento também trabalhe constantemente.

---

<sup>9</sup> Lendo o exemplo oferecido de objeto híbrido – as células-tronco – a partir deste modelo, vemos que atualmente sua aceitação ao coletivo ainda se encontra sob consideração. Descobertas as capacidades curativas de tais células, os membros do coletivo se tornaram perplexos (os cientistas, os industriais do ramo farmacêutico e os pacientes diretamente beneficiados positivamente perplexos, a Igreja negativamente perplexa, os demais simplesmente perplexos), o que os mobilizou para a reflexão, levando a questão a todas as instâncias de discussão existentes (das casas de família aos Tribunais Superiores).

<sup>10</sup> Ainda não podemos saber como serão os contornos de nosso coletivo a partir da aceitação das pesquisas com células-tronco. Quais os limites que lhe serão impostos (sua hierarquia frente às demais células)? Qual será sua inserção final na vida do coletivo? Em outro exemplo, como o buraco da camada de ozônio, após o debate sua posição foi definida como superior ao uso de gases inertes em geladeiras e sprays, os quais foram banidos, e sua instituição alterou os hábitos de todos os membros – humanos – do coletivo, obrigando-os a se proteger do sol (LATOUR, 2007).

Assim, é o acompanhamento destes procedimentos que nos permite perceber a produção do coletivo e a distinção entre a realidade interior e exterior a ele. No interior, a realidade é o produto das múltiplas associações, é a definição dos contornos do coletivo. No exterior, a realidade se compõe pelas proposições ainda não associadas. Desta forma, a exterioridade, “reserva de realidade indiscutível” à qual a antiga constituição sempre apelava para ameaçar o desenvolvimento do social, se torna agora discutível e uma fonte de criatividade e inovação do coletivo. Ela não define mais um conjunto alheio ao social, mas sim a situação transitória de seres que ainda poderão ser socializados (LATOUR, 2004, p. 74).

Acompanhamento (LATOUR, 2004, p. 324) é o último dos procedimentos metodológicos propostos, compreendendo os registros dos debates. É vital para a manutenção do coletivo e, na medida em que preserva sua memória, podemos relacioná-lo à tarefa da História.

Neste ponto, mais um deslocamento se faz necessário. Segundo Latour (2004, p. 317), “outroora, devia-se sempre desconfiar da história, uma vez que as coisas importantes (as qualidades primeiras [a definição do ser]) escapavam à temporalidade. Se havia uma história humana, cheia de ruídos e furor, desenvolvia-se sempre, por contraste, uma não-história silenciosa [das coisas]”.

A noção moderna de temporalidade aponta para um progresso na direção de um futuro “puro”, uma (r)evolução identificada com o rompimento com o passado. Este, por seu turno, é o lugar onde todos os seres se encontravam inadequadamente misturados, e, portanto, do qual a Ciência deveria ser capaz de nos afastar. O avanço da História estava relacionado, assim, à separação cada vez mais completa entre os reinos da Natureza e da Sociedade, em direção à perfeição estatutária ideal de seus conjuntos.

A flecha do tempo da Ecologia Política não atravessa essa divisão. O tempo aqui mostra vínculos cada vez mais enredados,

seres mais misturados. Desta forma, passado, presente e futuro encontram-se interligados, pois os debates atuais são herdeiros daqueles já encerrados e são responsáveis pelos que ainda virão. Cabe à História acompanhar a atuação dos procedimentos de consideração e ordenamento em cada debate, viabilizando o acesso ao passado como fonte de questionamentos a serem levados em conta na produção de futuros coletivos. Neste sentido, a História assume um papel fundamental, pois se torna em grande parte responsável pelas associações que ainda se farão. À medida que preserva o passado, a História produz o futuro.

Com isto, a Ecologia Política oferece as bases para que a Arqueologia se torne simétrica e, enfim, cumpra sua tarefa de perceber relações sociais pretéritas. Falar em social não significa mais buscar as “pessoas” através das “coisas”, determinando um conjunto pelo outro – como pretendiam as arqueologias Processual e Pós-processual. Falar em social implica evidenciar e acompanhar associações possíveis entre humanos e não-humanos.

Neste sentido, os vestígios arqueológicos não são mais identificados com o “refugio” ou o “reflexo” de “sociedades” extintas. Uma vez que os não-humanos entram em igualdade no debate político da formação do coletivo, matérias-primas, ambientes, alimentos, todos figuram como propostas aceitas (ou negadas) na produção daquele coletivo específico. A partir da análise dos artefatos, dos padrões de assentamento, dos hábitos alimentares, enfim, dos produtos destas associações, vemos que os vestígios arqueológicos registram densamente os princípios de associação vigentes em dado momento – o que nos permite, mesmo após o processo ter se encerrado, acompanhar os procedimentos de consideração e ordenamento levados a cabo – e, com isto, registram a história de antigos coletivos (Neumann, 2008).

Se no paradigma moderno a Arqueologia ia na contramão de todo o objetivo científico, na Ecologia Política ela é completamente coerente e plenamente capaz de escrever a história

social de coletivos passados, a história concomitante de humanos e não-humanos.

### Agradecimentos

Este artigo compreende versão revisada do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado (Neumann, 2008). Agradeço, assim à orientação recebida da professora Adriana Schmidt Dias, que me permitiu enveredar por esta linha teórica que, naquele momento, “nem mesmo existia”. Com igual importância neste aspecto, as contribuições do professor Sérgio Batista da Silva em diferentes momentos foram fundamentais. Muitos colegas discutiram comigo as questões aqui levantadas, e de inúmeras maneiras fizeram propostas que compõe esta idéia de uma Arqueologia Simétrica. Neste papel tem importância definitiva Vinicius Melquiades. A responsabilidade pelo conteúdo deste artigo, no entanto, é unicamente da autora. Por fim, agradeço ao apoio recebido do CNPq, através de bolsa de mestrado.

### Bibliografia

- DIAS, A. e SILVA, F. Sistema Tecnológico e Estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo. 11, 2001. pp. 95-108.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*. 39 (2), 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Arqueología Simétrica. Un Giro Teorico sin Revolucion Paradigmática (with commentary). *Complutum*. 18, 2007. pp. 283-319.
- LATOUR, B. *Políticas da Natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

- LATOUR, B. *Nunca Fuimos Modernos*: Ensayo de antropología simétrica. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Argentina, 2007.
- LATOUR, B. *Reensamblar el Social*: Una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- NEUMANN, M. *Ñande Rekó: diferentes jeitos de ser Guarani*. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de Mestrado), 2008.
- SHANKS, M. Symmetrical Archaeology. *World Archaeology*. 39 (4), 2007a.
- SHANKS, M. *From a postprocessual to a symmetrical archaeology*. <http://traumwerk.stanford.edu:3455/Symmetry/822>. Acesso em julho de 2007b.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. London: Routledge, 1992.
- WEBMOOR, T. Un giro más tras el "giro social". El principio de la simetría en arqueología. *Complutum*. 18, 2007. pp. 296-304.
- WEBMOOR, T. e WITMORE, C.L. "Things are us! A commentary on human/things relations under the banner of a 'social' archaeology". *Norwegian Archaeology Review*. 41(1), 2008. pp. 1-18.
- WITMORE, C. 'A past no longer past.' Some implications for a symmetrical archaeology. <http://traumwerk.stanford.edu:3455/Symmetry/1040>. Acesso em julho de 2007a.
- WITMORE, C.L. "Symmetrical archaeology: Excerpts of a manifesto". *World Archaeology*. 39(4), 2007b.
- WYLIE, A. *Thinking from Things: Essay in the philosophy of archaeology*. California: University of California Press, 2002.

Recebido em: 18/02/2008

Aprovado em: 20/08/2008

Publicado em: 03/10/2008